

Sandra Negro y Manuel M. Marzal
(compiladores)

ESCLAVITUD, ECONOMÍA Y EVANGELIZACIÓN

LAS HACIENDAS JESUITAS EN LA AMÉRICA VIRREINAL

Capítulo 23



Pontificia Universidad Católica del Perú
Fondo Editorial 2005

Esclavitud, economía y evangelización.
Las haciendas jesuitas en la América virreinal
Primera edición, septiembre de 2005
Tiraje, 500 ejemplares

© Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005
Plaza Francia 1164, Lima 1 - Perú
Teléfonos: (51 1) 330-7410, 330-7411
Fax: (51 1) 330-7405
Correo electrónico: feditor@pucp.edu.pe
Dirección URL: www.pucp.edu.pe/publicaciones/fondo_ed/

Diseño de cubierta: Sandra Negro
Diagramación de interiores: Juan Carlos García M.

*Prohibida la reproducción de este libro por cualquier medio, total o parcialmente,
sin permiso expreso de los editores.*

ISBN 9972-42-722-6
Hecho el depósito legal 2005-5716 en la Biblioteca Nacional del Perú

Impreso en el Perú - Printed in Peru

Jesuítas no Brasil e Paraguai coloniais: aldeamentos e reduções. As fazendas jesuíticas no Brasil

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Brasil

QUANDO LEONARDO NUNES, S. J., chegou em São Vicente, nos inícios do ano de 1550, rapidamente, percebeu as grandes possibilidades que a região oferecia para o projeto de evangelização no qual estavam envolvidos os jesuítas. Milhares de índios amistosos existiam no campo (planalto paulista). Estavam, segundo ele, prontos para serem catequisados. Em várias cartas, Leonardo Nunes solicita a vinda de novos companheiros para ajudá-lo em sua missão. Em 1553, Nóbrega, acompanhando Tomé de Sousa que inspeciona as capitanias, chega a São Vicente. Imediatamente, deslumbra-se com as condições para o trabalho missionário e atira-se a ele, percorrendo o território até as regiões do rio Paranapanema onde visita a aldeia indígena de Maniçoba. Em Piratininga, a excelente acolhida de Tibiriça, sogro de João Ramalho, permite-lhe solicitar a ajuda dos índios para a construção de uma pequena cabana na qual pretende abrigar os novos jesuítas que estão para chegar. Em dezembro de 1553, uma nova expedição aporta em São Vicente, trazendo, entre outros, o jovem estudante José de Anchieta.

Em 25 de janeiro de 1554 é rezada a primeira missa na pequena cabana construída pelos índios de Tibiriça, semente do futuro colégio de São Paulo. Esta rápida penetração para o interior, deslocamento de São Vicente para Piratininga, representa uma exceção do modelo de expansão portuguesa dos séculos XV e XVI o qual caracterizava-se pela instalação dos lusos no litoral das terras descobertas.

A organização dos grupos indígenas que viviam na região obedeceu às determinações do regimento de Tomé de Sousa, à semelhança do que fora tentado, sem grandes resultados, na Bahia. Porém, os primeiros aldeamentos ou aldeias cristãs foram sendo organizados próximos aos povoados portugueses, não junto a eles, a fim de não serem os indígenas afetados pelos maus exemplos dos portugueses, conforme conselho de Nóbrega.

Os jesuítas também começaram a percorrer o litoral da capitania, visitando as aldeias de Itanhaém, Iperuíbe e chegando até Iguape e Cananéia. Ainda no século XVI, por duas vezes, desceram ao litoral de Santa Catarina. Em 1553, Leonardo Nunes

participou da busca das cinqüenta mulheres espanholas que, dirigindo-se a Assunção, tiveram sua embarcação naufragada na altura de São Francisco do Sul. Em 1596, dois jesuítas acompanharam o barco que devolveria índios aprisionados nas costas de Santa Catarina por mercadores portugueses. Nesta ocasião, são convidados pelos indígenas para ali permanecerem e organizarem missão, mas a falta de condições, especialmente a ausência de povoados portugueses na área, impossibilita a instalação.

ALDEAMENTOS E REDUÇÕES

É ao longo da primeira metade do século XVII que a ação dos jesuítas vai se desenvolver no litoral sul do Brasil. Partindo do Rio de Janeiro e de São Vicente várias expedições procuravam salvar os Carijó (Guarani) dos ataques constantes dos mercadores de escravos e, levando-os para os aldeamentos de São Paulo e do Rio de Janeiro, buscavam catequisá-los e prepará-los para a «vida civilizada».

À medida que analisamos a organização destes aldeamentos ou aldeias, começam a se destacar as diferenças em relação às muito conhecidas reduções espanholas. O fato do território que hoje constitui o Rio Grande do Sul —o mais meridional dos estados da federação brasileira— ser, na época, parte integrante da Província do Paraguai e, portanto, território espanhol, permitiu que ali se instalassem as reduções jesuíticas-guaraní do período do Tape (1626-1639) e os Sete Povos (1682-1750). Famosas no mundo, as reduções espanholas apresentam características próprias bastante conhecidas. Isso não acontece com as aldeias jesuíticas da América portuguesa, que, só atualmente estão a merecer estudos mais aprofundados, mesmo quando estas reuniam índios Guarani (Carijó) —à semelhança do que ocorria nas reduções espanholas—, como é o caso de aldeias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao fazermos um estudo comparativo entre ambas, Reduções e Aldeamentos, nas áreas que correspondem ao Sul do Brasil, Argentina e Paraguai, observamos que os jesuítas, quer espanhol quer português, possuem os mesmos objetivos: tornar o indígena um cristão, a partir da catequese, e um homem, aos moldes europeus, capaz de viver numa sociedade organizada, desenvolvendo uma atividade produtiva, sistemática e, desta forma, tornando-os participantes do Estado europeu.

É necessário, entretanto, considerar que o jesuíta não desejava simplesmente impor o modelo europeu tal como ele se apresentava na época. Homens da Reforma Católica, os jesuítas desejavam criar um modelo aperfeiçoado daquele que vigia na Europa. Influenciados pelas utopias da época, aspiravam construir uma sociedade na qual a liberdade cristã, alcançada mediante a graça, trazida pelo batismo, permitisse uma maior igualdade e uma menor hierarquização. Uma sociedade na qual a disciplina, considerada pelos jesuítas indispensável para controlar os excessos da liberdade natural do índio, não implicasse na falta de respeito ao indivíduo.

A maneira de concretizar estes objetivos é que vai ser diferente porque são jesuítas de nacionalidades diferentes (portugueses, espanhóis) compromissados com as respectivas coroas, compromissos semelhantes, mas diferentes devido às características próprias de cada coroa.

Os jesuítas espanhóis e os jesuítas portugueses, como portugueses e espanhóis, isto é, como cidadãos de pátrias distintas, militavam em campos diversos e, depois de 1640, em campos opostos.

[...] os jesuítas do Brasil defendiam a bandeira portuguesa, os jesuítas do Paraguai, a bandeira espanhola. Era a estrita obrigação de cada qual, como cidadãos patriotas. (Leite 1945-1959, t.º VI: 557)

Em face disto e das condições diversas que encontraram em suas áreas de atuação (portugueses no litoral atlântico, espanhóis no Paraguai continental), as metodologias empregadas serão diversas.

LOCALIZAÇÃO E SUSTENTAÇÃO

No que se relaciona com a localização, observamos que os aldeamentos estarão próximos, mas não juntos dos povoados portugueses. Os índios são deslocados de seu habitat para serem instalados nas aldeias. Índios do litoral de Santa Catarina (Carijó) são levados a São Paulo, Rio de Janeiro e até Espírito Santo. O índio é «descido» para os aldeamentos. As reduções, entretanto, são instaladas distantes do povoado espanhol, no habitat do índio. O padre vai ao encontro do índio, no seu ambiente e lá instala a redução.

No aldeamento, o índio é catequisado, visando sua cristianização, e civilizado, isto é, impõe-se-lhe o trabalho sistemático, o treinamento para atividades militares, enfim o modelo de viver europeu. É necessário que ele esteja preparado para atender às necessidades do Estado, tais como trabalhar nas Aldeias do Rei, nas salinas, na derrubada de matas e, quando preciso, defender a cidade (ataques de piratas ou índios rebeldes), e, também, deve atender às necessidades do colono. Ele serve de mão-de-obra remunerada para os colonos. Aqui está uma das razões primordiais para o choque entre os colonos e os jesuítas, pois o índio vive no aldeamento com sua família, e vai se alugar por tempo diverso, até três meses, afastando-se da mesma. Em São Paulo, os colonos queixavam-se que os índios recebiam o dinheiro do trabalho, mas não cumpriam com o compromisso. Acusavam os jesuítas de apoiar tal comportamento e de que o pagamento não era para o índio, mas para o padre. Na verdade, o aldeamento, ao contrário da redução, não era uma unidade econômica autosustentável, pois dependia do trabalho dos aldeados e do apoio financeiro dos colégios jesuíticos. Os aldeamentos de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo dependiam do Colégio do Rio de Janeiro.

Assim sendo, podemos dizer que uma diferença fundamental entre os aldeamentos e as reduções era sua fonte de sustentação. As reduções eram autosuficientes graças a sua produção agrícola, desenvolvida na própria redução (produziam cereais, cana-de-açúcar, tabaco, algodão), à indústria extrativa (erva-mate), ao gado, criado de forma extensiva nas vacarias e estâncias, e à atividade industrial (produção de ferramentas, instrumentos musicais, tais como rabecas, flautas). A produção excedente era comercializada com os centros urbanos da região (Buenos Aires, Assunção, Corrientes) e até exportada para a Europa. O Colégio de Buenos Aires dependia dos subsídios que eram concedidos pela Coroa que, por sua vez, recebia-os como tributos das reduções.

Os aldeamentos não tinham este tipo de produção e dependiam do Colégio a que estavam ligados. A produção dos aldeamentos atendia, somente, à subsistência da comunidade, que nele vivia. Porém, a documentação informa-nos que na aldeia de Embu, em São Paulo, cultivava-se mandioca, algum trigo, legumes e algodão, que se tecia na própria aldeia e o pano se exportava para o Rio e a Bahia para a manutenção da gente e do culto. Suas terras, entretanto, não se prestavam para grandes pastagens. Em 1757, aldeia tinha 261 índios (Leite 1945-1959, t.º VI: 361).

Portanto, podemos dizer que as reduções na América Espanhola constituíram-se como unidades econômicas autônomas, ativas, autosustentáveis, ao mesmo tempo que nelas desenvolvia-se a evangelização. Nas reduções, os jesuítas também preparavam os indígenas para auxiliar nas lutas travadas pelos espanhóis na defesa da região. Em 1735/1737, por ocasião do cerco espanhol à Colônia do Sacramento cerca de 3.000 índios missionários foram utilizados como forças auxiliares às tropas de Buenos Aires.

Os aldeamentos tiveram, também, um significativo papel «como núcleos estratégicos de defesa do espaço colonial contra as “nações” indígenas hostis e as invasões estrangeiras, tendo os jesuítas uma ação efetiva nessas campanhas militares» (Brandão 1991: 157). Porém, jamais geraram rendas para a Companhia, de modo que os jesuítas da Província do Brasil, no sul da colônia, nunca procuraram desenvolver maiores atividades econômicas naquelas terras, além das roças de subsistência (Brandão 1991: 163).

Para John Monteiro (1995: 42-51), os aldeamentos serviram para definir a questão das terras dos índios. Cada aldeamento foi dotado de uma faixa considerável de terras para que os índios pudessem ter uma base de sustento próprio. Mas, por outro lado, esta medida que parecia ser tão positiva, tinha um aspecto menos nobre que era de restringir (limitar) os índios a esta área, delimitada pelas autoridades colonizadoras, possibilitando assim aos colonos o acesso às terras até então ocupadas pelos indígenas.

Os aldeamentos, também, constituíram-se em uma estrutura de base para a reprodução da força de trabalho, face o grande número de famílias indígenas que ali viviam. Entretanto, como tal, os aldeamentos não conheceram maior sucesso. Nesse aspecto, John Monteiro considera-os como um fracasso. Segundo este autor, pelo fato de não impedirem o contato com os brancos, doentes (inclusive os padres), os índios

eram facilmente contagiados com o sarampo, gripe e varíola; com isto, aldeias inteiras desapareceram, havendo necessidade de ir em busca de novos contingentes, daí os constantes descimentos, as entradas e as bandeiras.

Isto contribuiu também para que os aldeamentos não fossem homogêneos, caracterizando-se por reunir grupos indígenas diversos, mesmo quando, após 1640, foram constituídos por elementos denominados de Carijó. Esta denominação é, entretanto, utilizada em sentido genérico, pois, nesta altura, com o desaparecimento das reduções do Guairá e Tape e a derrota bandeirante em Mbororé (1641), os Guarani (Carijó) não estavam mais disponíveis para o apresamento. A população dos aldeamentos era, então, formada por indígenas de várias procedências. Entretanto, o termo Carijó continuou a ser usado face à predominância deste grupo, antes de 1640 (Monteiro 1995: 42-51).

O isolamento das reduções espanholas constituiu, considerando esses aspectos, um fator positivo. Afastados dos brancos, os índios reduzidos puderam ter um desenvolvimento próprio, sem estarem sujeitos ao permanente contágio de doenças, como ocorreu nos aldeamentos. Pelo mesmo motivo, houve uma maior homogeneidade nas reduções.

DIFERENTES ORGANIZAÇÕES DOS ESPAÇOS

Um dos aspectos interessantes, na diversidade da ação missionária da Companhia de Jesus no Novo Mundo, relaciona-se com a construção de espaços missionários, espaços estes que se apresentam diferenciados. Assim é que as reduções espanholas, segundo Gutierrez (1987: 24-26), constituem «um único sistema autônomo planejado a partir do traçado urbanístico definido por Felipe II nas “Ordenanza de Población” no qual as variações estão mais vinculadas às categorias dos elementos arquitetônicos do que à distribuição da trama urbana».

Este modelo tinha como centro a *plaza* que dava acesso a uma avenida central de eixo coincidente com o da Igreja. Esta fazia parte do núcleo frontal que incluía além da igreja, o colégio, as oficinas, a residência dos jesuítas, o cemitério e o cotiguaçu.

Ao lado esquerdo e ao direito da praça distribuíam-se as casas dos índios que continuavam ao longo da avenida central. Além desta avenida, partiam da plaza, mais duas ou três avenidas, interligadas por ruas transversais, rigorosamente retilíneas.

Atrás do núcleo frontal estavam localizados a horta e o pomar dos padres, eram os limites do povoado por este lado. Assim sendo, a redução só podia expandir-se para os outros três lados (fig. 1).

Estes núcleos de povoamento, estes pueblos, não tinham maior ligação com a sociedade colonial, desenvolvendo-se de forma independente. Segundo Renato Pereira Brandão (1991: 148-149), esta autonomia na América espanhola, explicaria porque

após a expulsão dos jesuítas (1767), as reduções tenderam ao abandono e delas só temos as ruínas, tais como, Santo Inácio Mini (Argentina), Trinidad (Paraguai), São Miguel (Rio Grande do Sul/Brasil), São Nicolau (Rio Grande do Sul/Brasil).

No que se relaciona com os aldeamentos jesuíticos no Brasil, eles também tem como centro uma praça na qual se localiza a igreja, mas sem a estrutura axial que caracterizava a redução espanhola. O aldeamento, em geral, achava-se em local elevado e não havia um modelo urbanístico a ser seguido. O traçado das ruas tinha como principal preocupação vencer «com suavidade os caprichos da topografia» (Brandão 1991: 148).

A proximidade geográfica entre o aldeamento e o povoado português contribuiu para que, após a expulsão dos jesuítas, eles fossem transformados em vilas ou integrados nos núcleos populacionais portugueses (fig. 2). Exemplo disto são cidades como Niterói, no Rio de Janeiro e Embu, em São Paulo.

Se por um lado, das reduções, do ponto de vista físico, nada ficou a não ser as belas ruínas que são exemplos Trinidad e Jesus (Paraguai), Santo Inácio Mini (Argentina) e São Miguel (Brasil), por outro, sua herança cultural ainda nos fascina. As próprias ruínas demonstram a grandiosidade de sua arquitetura. As esculturas, as que foram possíveis de reunir, encantam-nos e manifestam um artista sensível e nas quais o esplendor do barroco, por vezes, permite visualizar o toque indígena.

Nos aldeamentos que se transformaram em vilas e povoados onde o elemento branco mesclou-se com os indígenas, e nos quais, pouco a pouco, as terras foram sendo arrendadas e ocupadas, as igrejas que ali permaneceram são de um barroco simples, típico da América portuguesa. Não há a riqueza, nem a grandiosidade de São Miguel, mas foram incorporadas à vida das cidades que cresceram, sendo utilizadas como casas de culto até hoje.

Os templos, em geral, eram construídos em pedra e cal, de modo a serem sólidos e permanentes. Os de taipa, quando edificadas, exigiam constantes restaurações. Por vezes, entretanto, a falta de pedra ou da cal levou os jesuítas a construir igrejas só de taipa. Em muitas regiões (ex.: Baía da Guanabara), a cal foi conseguida nos sambaquis, existentes em várias partes do litoral brasileiro. Em algumas igrejas, caso da igreja de Santo Inácio do Colégio do Rio de Janeiro, projeto e construção do Padre Francisco Dias, edificada entre 1585/88, o modelo foi a igreja de São Roque, em Lisboa. Sua fachada seria um modelo simplificado da de São Roque, também, construída por Francisco Dias. Outras igrejas como a de São Lourenço dos Índios (Niterói)¹, e a do aldeamento de São Barnabé, tem a fachada seguindo o mesmo padrão da de Santo Inácio (Brandão 1991: 163-165).

¹ Em processo de restauração, verdadeira jóia da arquitetura religiosa colonial.

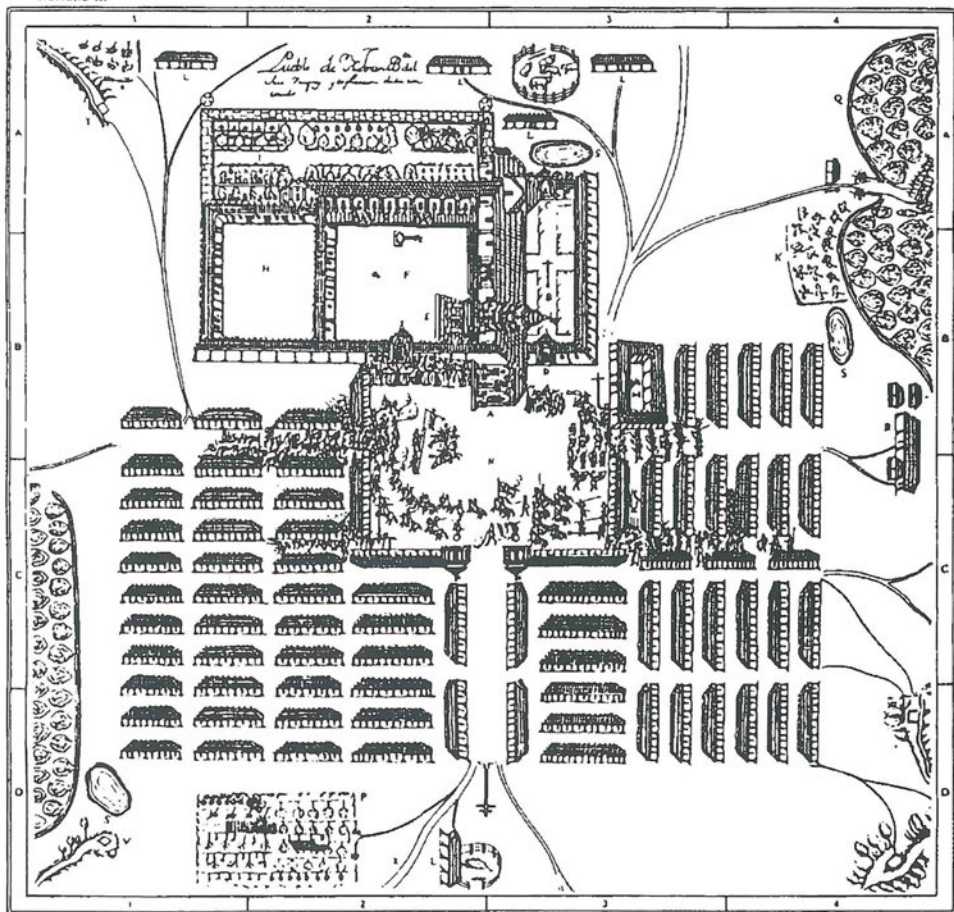


Fig. 1. Redução de São João Batista (gravura de 1755)

Fonte: BRANDÃO, Renato Pereira. «A espacialidade missionária jesuítica no Brasil colonial». In *A força e a imagem; arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial*. Rio de Janeiro: PUCRJ, p. 148.



Fig. 2. Igreja do Aldeamento de Embu.
Fonte: PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP,
1995, p. 186.

AS FAZENDAS JESUÍTICAS NO SUL DO BRASIL

Se os aldeamentos, no Brasil, não tiveram o papel grandioso das reduções do Paraguai, uma outra estrutura foi criada pelos jesuítas portugueses que muito tem para ser comparada com as reduções espanholas, referimo-nos às fazendas. Elas foram os grandes centros de produção jesuítica na América portuguesa.

Eram os centros de sustentação econômica dos jesuítas no Brasil e, ao lado, dos estímulos e concessões reais bem como doações dos particulares (inclusive esmolas do povo), tinham por objetivo complementar as rendas dos colégios. Consistiam em grandes extensões de terra, tendo por base a economia agrária e possibilitavam o enriquecimento da Companhia no Brasil.

No sul da América Portuguesa (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento —território abrangido pelo domínio português, em diferentes épocas, do século XVI ao XVIII—), a origem das fazendas jesuítas pode ser encontrada nas terras doadas ou compradas pelos inicianos já no século XVI. A grande preocupação do Pe. Manuel da Nóbrega, primeiro provincial dos jesuítas no Brasil², era que o sustento dos padres não deveria ficar exclusivamente na dependência dos subsídios reais, nem de esmolas; daí seu desejo de conseguir terras e escravos para o trabalho de sustento enquanto os padres se dedicassem à sua missão, isto é, a evangelização dos indígenas.

Em carta de 02.09.1557, Nóbrega expressa seu desejo ao Pe. Miguel de Torres, provincial em Portugal: «[...] e digo que se S.A. nos quisesse mandar dar huma boa dada de terras, onde aynda não for dado, com alguns escravos de Guiné, que fação mantimentos pera esta Casa e criem criações, e asy pera andarem em hum barquo pescando e buscando o necessario, seria muyto acertado, e seria a mais certa maneira de mantimentos desta Casa» (Nóbrega 1955: 267), mais adiante completava: «[...] se podia pedir a Martim Afonso de Sousa sete ou oito legoas de terra pera o colégio de Piratininga [...]» (Nóbrega 1955: 271). Essas terras, logo concedidas, são o início das grandes propriedades que os inicianos possuíram na Capitania de S. Vicente (depois Capitania de S. Paulo).

Propriedades semelhantes serão ganhas por doação ou foram adquiridas no Rio de Janeiro e no Paraná. Estas propriedades constam de terras para a instalação dos colégios nas cidades, de imóveis urbanos (casas que serão alugadas para levantamento de renda) e de fazendas que atenderão às necessidades dos Colégios e seus dependentes: as residências e as aldeias.

² A província jesuítica do Brasil foi criada em 1553 por Inácio de Loyola, Geral da Companhia de Jesus, que nomeou o P. Manuel da Nóbrega como primeiro provincial.

Os jesuítas terão fazendas, no sul da América Portuguesa, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná e na Colônia de Sacramento. Em Santa Catarina, a tardia fundação do Colégio (1750), não possibilitará a formação de um maior patrimônio, além daquele destinado à instalação do colégio de N^a Sr^a do Desterro (Desterro, atual Florianópolis, Ilha de Santa Catarina). No Rio Grande do Sul, a presença jesuítica portuguesa nem sequer permitiu o estabelecimento de uma residência, devido a ser esporádica, no século XVII até 1640, e de ser missão de curta duração no século XVIII (1749-1751).

As grandes propriedades, especialmente as fazendas, pela sua grande área, geravam rumores de não terem maior aproveitamento, tornando-se assim objeto de cobiça por parte dos colonos. Os jesuítas, a fim de as terras não serem consideradas como devolutas, arrendavam algumas áreas em troca de um percentual do que ali fosse produzido. É interessante observar a utilização do sistema moderno de arrendamento e não do de aforamento, típico da Idade Média, mas, ainda, bastante usado na Europa ao longo do século XVI e XVII.

Consideradas como bens eclesiásticos, as fazendas eram isentas de dízimos, o que, também, causava descontentamento entre os colonos.

Ao longo do século XVI e XVII, os jesuítas conseguiram fundar várias propriedades rurais no Rio de Janeiro. A maioria foi constituída a partir de doações de sesmarias feitas pela Coroa (Sesmaria de Iguaçu doada por Estácio de Sá quando da fundação do Rio de Janeiro. Os jesuítas tiveram um papel significativo na expulsão dos franceses, instalados na região).

De todas as propriedades que os jesuítas possuíam no Sul da América portuguesa uma das que mais se destacou por sua área (10 léguas em quadra) e por sua grande produção foi, sem dúvida, a fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Ao contrário das outras no Rio de Janeiro, ela teve origem, em 1589, quando foi recebida por doação da viúva de Cristovão Monteiro, primeiro Ouvidor-mór do Rio de Janeiro, que, por sua vez, a tinha recebido em sesmaria, em 1567. No início eram quatro léguas que se transformaram em dez léguas em quadra, graças a outras doações, aquisições e trocas. Localizada numa região estratégica, possibilitava o acesso à Capitania de São Vicente e, pelo litoral acompanhava parte da rota da prata vinda de Buenos Aires (Fridman 1999: 186).

Da fazenda de Santa Cruz saía o material —madeiras, tijolos, ladrilhos, telhas e ferragem— para as construções de casas nas cidades bem como para a edificação das fortificações. Aproveitando a capacidade de cópia do índio, os padres os instruíam nas funções de ferreiros, carpinteiros de machado, serradores e oleiros. As demais atividades (pedreiros, canteiros, carpinteiros de fino, marcheteiros, torneiros e lavrantes) eram executadas pelos Irmãos (Telles 1991: 101). Segundo o P. Viotti, S. J.: «ferraria, serralheria, carpintaria, cerâmica, fabricação de canoas e de carros, de móveis domésticos e, por vezes, de peças de arte como estátuas e retábulos. Tudo saía dessas oficinas e concorria direta ou indiretamente para o progresso do país» (in Telles 1991: 101-102).

Os índios, os escravos negros, os índios foros³ contratados e os aprendizes de origem europeia eram instruídos pelos irmãos coadjutores, oficiais de diferentes ofícios. Várias eram as atividades desenvolvidas na fazenda de Santa Cruz, tais como ferraria, carpintaria, olaria, criação de gado para o aproveitamento do couro, tecelagem (muito cerceada pela metrópole devido à concorrência), ourivesaria, estaleiro (fabricação de canoas e embarcações, reparos nas naus da Companhia). Há notícias de escravos ajudantes de cirurgia, pintores, santeiros e músicos.

No inventário da fazenda de Santa Cruz (1768) foram anotados muitos instrumentos musicais, tais como: «3 rebecas, hum rabecam, hum cravo, duas flautas doces, hum manicórdio, huma viola, oito charamelas ou charangas, dois oboés» que teriam sido fabricados pelos artesãos da fazenda. Além da atividade industrial, a fazenda se caracterizava por ser um centro agropecuário. Produzia arroz, feijão, mandioca, fumo, algodão, cochonilha, legumes, frutas, também, era plantada a guaxima a fim de se produzir corda para fogo nos canhões.

A fazenda possuía excelentes pastagens, nelas criava-se um extenso rebanho. Em 1759, ano da expulsão dos jesuítas, havia oito mil cabeças de gado vacuum, mil e duzentos equinos e muares e duzentos ovinos. O inventário de 1768 enumera vinte e dois currais (Leite 1945-1959, t.º VI: 55). A pecuária envolvia cerca de setecentos servos (em 1742-700 servos, em 1757-740 servos, seg. Serafim Leite) e a fazenda enviava para o Colégio de Rio de Janeiro quinhentas cabeças de gado bovino por ano (Leite 1945-1959, t.º VI: 57).

Essa produção era exportada para várias regiões, chegando até a cidade do Rio de Janeiro, utilizando como vias de transporte, além dos rios navegáveis, caminhos terrestres, valas e canais construídos pelos jesuítas. Os canais, também, serviam para conter as inundações (Leite 1945-1959, t.º VI: 60).

Nas fazendas trabalhavam, especialmente, os escravos, negros da Guiné. Na Fazenda de Santa Cruz, os escravos viviam com suas famílias em casas individuais e pelo seu trabalho recebiam dez mil-réis em dinheiro, além de carne seca, farinha, feijão, arroz, sal e aguardente (Fridman 1999: 188). Os que tivessem boa conduta podiam possuir até dez cabeças de gado, também, tinham direito a uma roça na qual trabalhavam dois dias da semana. Quando, durante o reinado de D. Pedro I, o embaixador da França, Marquês de Gabriac, visitou a fazenda —na época transformada em Paço (espécie de Residência Imperial)— escreveu: «[...] antiga propriedade dos Jesuítas, estes padres ali haviam sabido resolver o problema da reprodução e aumento da raça negra sem recorrer a novas importações. Foi casando, disciplinando e morigerando estes escravos, que, com dez famílias, fundaram a colônia de 1.500 negros que ali há atualmente. E

³ Os índios pagavam três galinhas de foro anual e os demais foreiros, quatro. Mais tarde, quatro dobras anuais —antiga moeda portuguesa— (Leite 1945-1959, t.º VI: 55).

alguns velhos ainda deles se lembram saudosos» (Leite 1945-1959, t.º VI: 60). Os adolescentes negros, «crias» dos escravos, eram bem criados, e desde cedo doutrinados e iniciados nas primeiras letras. Quando chegavam a idade dos onze/doze anos eram encaminhados às oficinas para aprender um ofício, ourives, pintor ou outra arte. Há referência de indígenas, também, trabalhando como artesãos nestas oficinas.

O espaço da fazenda assemelhava-se ao da Redução espanhola. A influência das «Leyes das Índias» (regulamentações esparsas recopiladas por Felipe III), que estabeleciam condições formais para os planos das cidades a serem edificadas, é bastante perceptível. Pela praça central passava um eixo que ligava a entrada da mesma à igreja; à esquerda e à direita da praça estavam localizadas as senzalas; junto à igreja, frente à praça, de um lado o hospital, a botica e a cozinha, do outro, o cárcere e a hospedaria. Outros estabelecimentos estavam distribuídos nos lados da praça, a ferraria, o armazém e a casa da farinha. A igreja e a casa dos padres formavam um conjunto que, em geral, achava-se em um ponto mais elevado do terreno de modo a ficar destacado, porém não excessivamente elevado para não sofrer a ação dos ventos, nem em lugares muito baixos, pois eram considerados insalubres. O sítio deveria ser de fácil acesso, de modo a permitir o abastecimento, e estar próximo a rios. A construção das igrejas era obra dos índios, bem como a dos aldeamentos e a dos colégios e fazendas.

A fazenda era um verdadeiro núcleo de povoamento e, ao mesmo tempo, uma unidade econômica que produzia alimentos, formava mão-de-obra especializada e fornecia as rendas necessárias para atender aos colégios, às casas e aos aldeamentos por ela sustentados. Sua grande área fazia com que, por vezes, em seu território estivesse incluído até mesmo um aldeamento, como é o caso da Fazenda de Santa Cruz (RJ) na qual se achava incluída a aldeia indígena de Itaguaí. Assim sendo, podemos concluir que as fazendas jesuíticas, na América portuguesa, apresentam múltiplas funções econômico/religiosas que nos permitem reconhecer nelas uma tendência de auto-suficiência à semelhança da redução espanhola, bem como sua organização espacial apresenta semelhanças com a das reduções.

Nem todas as fazendas possuíam vida autônoma, é o caso da fazenda de São Francisco Xavier, também chamada Fazenda do Saco, em Niterói. Ela servia como dependência do Colégio do Rio de Janeiro e era dela que os padres tiravam combustível para a cozinha do colégio. A madeira, grande combustível da época, era proveniente dela. As terras haviam sido doadas aos jesuítas pelos descendentes da Capitão Mateus Antunes, seu antigo proprietário, na segunda metade do século XVII —após 1659— (Lannes 1991: 197).

Desta maneira, partindo das características específicas de seus projetos de colonização na América, podemos reconhecer distinções entre os jesuítas da Província do Brasil e os jesuítas da Província do Paraguai, porém ambos apresentam valores significativos que fazem desta experiência social um momento marcante na História da América.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Renato Pereira

1991 «A espacialidade missioneira jesuítica no Brasil Colonial». In *A força e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PCURJ, pp. 147-180.

FRIDMAN, Fania

1999 *Os Donos do Rio de Janeiro em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Garamand.

GUTIERREZ, Ramón

1987 *As missões jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro: UNESCO.

LANNES, Cláudia Maria Corrêa.

1991 «As igrejas jesuíticas fluminenses». In *A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PUCRJ, pp. 181-208.

LEITE, Serafim, S. J.

1945- História da Companhia de Jesus no Brasil. 10 tomos. Rio de Janeiro e Lisboa: Instituto Nacional do Livro e Livraria Portugal.

MONTEIRO DE CARVALHO, Ana Maria Fausto

1991 «Utopia e realidade. Real Colégio de Jesus da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro». In *A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PUCRJ, pp. 35-85.

MONTEIRO, John Manuel

1995 *Negros da terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NÓBREGA, Manuel da, S. J.

1955 *Cartas do Brasil e mais escritos*. Com introdução e notas de Serafim Leite, S. J. Coimbra: Universidade de Coimbra.

PETRONE, Pasquale

1995 *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.

TELLES, Maria Laura Mariani da Silva

1991 «A conquista da terra e a “conquista das almas”». In *A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PUCRJ, pp. 86-128.